

F E N A C O N

Novembro de 1999

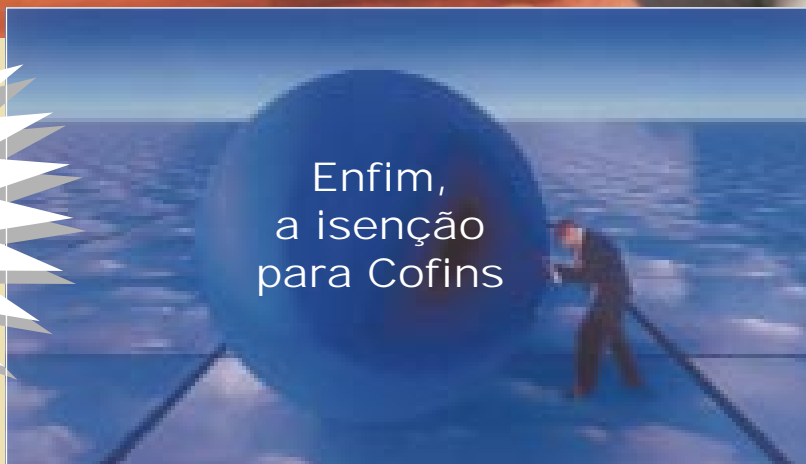


OPERAÇÃO RESGATE

Comissão tripartite discute saída para solucionar impasse criado em torno da Reforma Tributária

Contribuição
Sindical
2000 para os
Sescons

Enfim,
a isenção
para Cofins



Anúncio
PROSOFT
(anterior)



Desde a aprovação do substitutivo da Reforma Tributária, no dia 23 de novembro, parlamentares da Comissão e representantes dos governos federal e estaduais vêm tentando encontrar uma saída para solucionar o impasse criado em torno do substitutivo Mussa Demes e evitar o naufrágio da reforma. O governo, que até então tinha mostrado pouco interesse nas discussões, resolveu entrar em cena e bombardear o relatório. As críticas irritaram os integrantes da comissão, que viram nessa atitude uma tentativa de minar a reforma Pág.14

IVA CONTESTADO



O advogado tributarista, Ives Gandra Martins analisa que o novo ICMS proposto no texto Mussa Demes cria um “sistema incomensuravelmente mais complicado do que o atual”. Veja também opinião do ministro Sidney Sanches (Supremo Tribunal Federal) e a avaliação deputado Eduardo Paes sobre o processo de Reforma, em debate promovido pelo Grupo IOB, em São Paulo. Pág 18

ENFIM, A ISENÇÃO DA COFINS



O STJ praticamente pacificou o entendimento de que a isenção da Cofins permanece, sendo irrelevante para o seu gozo que as sociedades civis de profissão regulamentada tenham optado pelo regime de apuração do IR pelo lucro real ou presumido Pág. 8

CRIMES POR COMPUTADOR

Em discussão, no Congresso, projeto de lei que vai prever crimes cometidos com uso do computador Pág.10

CARTAS & E-MAILS

Conesc 04

PALAVRA DO PRESIDENTE

Compromisso Importante 05

AGENDA FENACON

Fenacon promoverá encontros regionais em 200006

PESQUISA

Antropólogo faz a melhor palestra da VIII Conesc07

À LUZ DO DIREITO

Sociedades Profissionais e a isenção da Cofins08

INFORMÁTICA

Crimes por computador serão previstos em lei10

OPINIÃO

O Vendedor de Sonhos12

REFORMA TRIBUTÁRIA

■ Comissão tripartite discute saída para impasses da Reforma Tributária14

■ Fórum de debates vai apresentar proposta a ministro da Fazenda16

INTERNET

A importância do E-mail19

REGIONAIS

MA, SC, SE, Blumenau, PA, BA e RO 22

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

■ Códigos Sindicais..... 25

■ Categorias Econômicas 26

Conesc 1

A cada edição da Revista Fenacon, fica mais clara e inegável a atuação desta entidade em prol da classe contábil. Parabéns pelo sucesso da oitava Conesc. Gostaria de sugerir matéria sobre as linhas de crédito que a Caixa Econômica Federal está disponibilizando para as micros e pequenas empresas para compra de equipamentos e aumento de capital.

Vallérium Marçal Santos
J2M Contabilidade

Nota da Redação: Sua sugestão já foi anotada. O assunto será abordado futuramente pela Revista Fenacon.

Conesc 2

Externo meus sinceros parabéns pela 8ª Conesc, sinônimo de organização e competência. Sem dúvida, eventos como este valorizam a classe contábil e nos motivam a continuar aprimorando nossos serviços e dignificando este nosso importante segmento. Que a Fenacon e suas entidades ligadas continuem nesse fantástico ritmo. Que o espaço no Congresso continue sendo conquistado, que a Internet continue sendo tão bem utilizada, que nossa classe continue assim tão bem representada! Contem conosco nesta tarefa, em tudo o que pudermos ser úteis.

Reginaldo Stasiak
E-mail: rstasiak@net-uniao.com.br

Conesc 3

O Sindicato dos Contabilistas de Pato Branco e Região manifesta reconhecimento, por ocasião da realização da 8ª Conesc, da qual temos certeza foi um grande sucesso. O sucesso obtido no decorrer do evento é devido à belíssima recepção aos participantes, à maravilhosa organização e à pontualidade, que foram observados, demonstrando assim que a dedicação dispensada foi coroada pelo êxito do evento. Nossa entidade está muito grata pela atenção que nossos filiados receberam durante a realização da 8ª Conesc e temos a absoluta convicção de que a mesma contribuiu muitíssimo

para o crescimento e aperfeiçoamento da classe contábil. Ainda desejamos a vocês sucesso e muitas conquistas em suas investidas, e comunicamos que nosso sindicato estará sempre de portas abertas para ajudá-los em futuras realizações.

Mauro Cesra Kalinke
Presidente do Sindicato dos Contabilistas de Pato Branco (PR)

Demonstração Financeira

Caros companheiros da Revista Fenacon. Fiquei bastante interessado sobre a reportagem da edição 46, página 17, sobre a homenagem feita ao colega Antonio Cezar Bordin, contador premiado pela Anefac, a respeito da melhor demonstração financeira de 99. Além de achar bastante motivador o fato de existir tal prêmio, gostaria, se for possível, de ter acesso a uma cópia dessas demonstrações para melhor aprimorar os meus conhecimentos contábeis-financeiros. Sou técnico em contabilidade e estudante do 2º ano de Ciências Contábeis da Unyahna, em Salvador. No momento, estamos fazendo estudos e trabalhos sobre demonstrações contábeis (BP, DMPL, DLPA, DOAR, DRE ...). Ficarei muito grato.

Antonio Osvaldo Reis Junior
E-mail: reiz@mailbr.com.br

Nota da Redação: O leitor poderá entrar em contato com a Anefac, uma das organizadoras do prêmio, pelo telefone (011) 255.1477. Obtivemos a informação que a entidade publicará a demonstração financeira vencedora (Copel) na edição extra da Revista da Anefac que circulará em janeiro.

Capital intelectual

Sou aluna do último semestre de contabilidade e estou a realizar trabalhos sobre capital intelectual e fundo de comércio. Como a revista de vocês tem muito bom conceito, pensei em consultá-los para ver alguns artigos que abordem a temática citada nesta revista. Ou até sugerir links. Sugestões são sempre bem vindas!

Yumara

E-mail: yumara@ssa.zaz.com.br

Nota da Redação: A respeito deste tema falou o jornalista econômico Luis Nassif, em palestra feita na VII Conesc, em 1997, no Rio de Janeiro. Sugerimos à leitora que tente obter informações mais atualizadas com o próprio jornalista através do e-mail <lnassif@uol.com.br>

Simples

Na edição 44 da Revista Fenacon, de agosto de 1999, li que o Sr. Gerson Silva Paixão, da Itec Contabilidade, procurava saber informações sobre a liminar obtida por uma escola, visando o enquadramento no Simples, e que outro leitor também procurava saber sobre o assunto na edição 43. Interessado no assunto sobre a liminar, resolvi enviar este e-mail, para que resolva eu, uma situação semelhante.

Jorge Nunes
E-mail: nunes@cruiser.com.br

Cooperação

Em plena era da informação, precisamos ter conhecimento dos dados/informações que estão sendo a base para a geração do conhecimento, como, por exemplo, as novas publicações editadas e comercializadas pelo mercado editorial. Esse conhecimento é a base de sustentação de um processo minucioso e criterioso de seleção de obras que passarão a fazer parte do nosso acervo. Somos bibliotecárias da Arthur Andersen BH e RJ e, visando aprimorar o nosso acervo informacional e chegar à qualidade total dos serviços prestados no atendimento das necessidades informacionais de nossos usuários (que estão, cada vez mais, crescentes e específicas), (...) solicitamos incluir nossos nomes/dados cadastrais no mailing list dessa conceituada revista. Colocamos à disposição para ajudar-lhes sempre que necessário.

Josarida de Almeida Ribeiro
Arthur Andersen
Rio de Janeiro - RJ
E-mail: josarida.aribeiro@br.arthurandersen.com

Nota da Redação: Os dados da empresa já foram incluídos no nosso mailing para envio da Revista.



FENACON

R. Augusta, 1939 - Cjs 42 e 43
01413.000 - São Paulo - SP
Telefax (011) 3063.0937 - 282.2218

A **Revista Fenacon** é uma publicação mensal da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas.

Home Page: <http://www.fenacon.org.br>

Tiragem: 50 mil exemplares

Jornalista Responsável: Diva de Moura Borges.
Produção Editorial: JV & BST Comunicação -
Telefax (011) 3061.1884. R. Cristiano Viana, 561
- 1º andar - 05411.000 - São Paulo - SP

Conselho Editorial: Eliel Soares de Paula,
Annibal de Freitas, Helio Cezar Donin, Pedro
Coelho Neto, Carlos Kinas Sobrinho, Luiz
Antônio Schmidt Travaína e Euclides Locatelli.

Diretoria da Fenacon

Presidente: Eliel Soares de Paula;
Vice-Presidente - Região Sudeste:
Annibal de Freitas;
Vice-Presidente - Região Nordeste:
Pedro Coelho Neto;
Vice-Presidente - Região Sul:
Carlos Kinas Sobrinho;
Vice-Presidente - Região Centro-Oeste/Norte:
Luiz Antônio Schmidt Travaína;
1º Diretor Financeiro: Moacir Corso;
2º Diretor Financeiro: Durval Alves;
1º Diretor Administrativo: Helio Cezar Donin;
2º Diretor Administrativo: Euclides Locatelli;
Diretor de Relações Interentidades:
José Antônio de Godoy.

Suplentes

Gerivaldo Pereira da Silva; Izabel
Rodrigues Lipke; Jodoval Luiz dos Santos;
Moisés Antônio Bortolotto; José Geraldo
Lins de Queiroz; Horizon Donizett Faria de
Almeida; Aguinaldo Mocelin; Mauro
Gonçalves Cardoso.

Conselho Fiscal

Iracélio Perez; José Rojo Alonso; Paulo
Bento. Suplentes: Alfredo Alexandre de
Miranda Coutinho; Aluizio Bezerra de
Mendonça; Flávio Jair Zanchin.

Delegados Confederativos

Eliel Soares de Paula
Irineu Thomé

Revista Fenacon

Fale com a Redação

Telefax: (011) 3061.1884

E-mail: divaborges@uol.com.br

**JV & BST Comunicação
R. Cristiano Viana, 561
05411-000 - São Paulo - SP**

Palavra do Presidente

Compromisso Importante

Empresários contábeis de todo o País terão, em janeiro, um compromisso importante com o sistema Fenacon/Sescon. Trata-se do período de enquadramento e arrecadação da contribuição sindical patronal. Caberá às empresas de contabilidade a missão de receber as guias de recolhimento sindical tanto para si mesmas como para seus respectivos clientes que se enquadram no segmentos de assessoramento, perícias, informações e pesquisa, setores também representados pelos Sescons. Essas guias já estão disponíveis no Sescon de seu estado



ou da sua região. Basta entrar em contato para informar-se sobre a melhor forma de estar recebendo os formulários em sua empresa. Nesta edição da *Revista Fenacon* você também poderá encontrar dois textos importantes a respeito desse assunto: o primeiro do nosso assessor jurídico, José Constantino, a respeito do embasamento legal da contribuição sindical. O segundo, a lista de todas as categorias econômicas que devem recolher contribuição para os Sescons; isto para melhor orientá-lo sobre o enquadramento.

O trabalho de arrecadação das contribuições sindicais, sem dúvida, não está entre as funções principais de um contabilista, mas, com certeza, está entre as mais importantes de sua atividade quando avaliamos o contexto social no qual minha empresa e também a sua, leitor, fazem parte. A Fenacon hoje congrega 28 Sescons, e em seus 9 anos de existência tem conquistado inúmeros benefícios para classe empresarial contábil e do setor de serviços. Podemos citar, entre as mais recentes, a mobilização junto aos órgãos federais e ainda, junto ao Congresso Nacional, na tentativa de reverter situações que se demonstraram injustas e prejudiciais ao exercício de nossa profissão e, também, às atividades de nossos clientes, empresas de pequeno e médio porte, que da mesma forma, ressentem-se de desmandos e legislações incoerentes com a realidade econômica e financeira vividas por elas.

Indispensável lembrar aqui, que recursos financeiros são tão importantes quanto a disposição dos líderes sindicais para a devida representação da classe perante as demais esferas de poder no País, a execução de cursos e seminários de atualização profissional, o desenvolvimento de programas educacionais e realização da nossa Conesc e de parcerias técnicas com órgãos e instituições como Receita Federal, Caixa Econômica Federal, Sebrae, Juntas Comerciais, Secretarias de Fazenda e tanto outros que permeiam a nossa atividade empresarial.

Por isso, empresário contábil, não se esqueça desse importante compromisso em janeiro. Exerça dessa forma também a sua cidadania e permita que os líderes sindicais o auxiliem e trabalhem por você.

Eliel Soares de Paula
Presidente da Fenacon - E-mail: [<eliel@mymail.com.br>](mailto:eliel@mymail.com.br)

Fenacon promoverá encontros regionais em 2000

Em 2000, as empresas de contabilidade terão, mais perto de si, eventos de grande porte realizados pelo sistema Fenacon/Sescon's e voltados para o desenvolvimento e atualização profissional. Serão os ENESC's - Encontros de Empresas de Serviços Contábeis - Regiões Centro-Oeste/Norte, Sul, Nordeste e Sudeste. A nova política de promoção de eventos foi aprovada pela Diretoria e Conselho de Representantes da Fenacon em novembro, no Rio de Janeiro e encampada com sucesso entre os presidentes dos Sescon's.

Cada região está definindo a cidade sede de seu ENESC. Mas já se sabe que a cidade de Porto Velho-RO abrigará o primeiro ENESC- Centro-Oeste/Norte, sob a condução do Sescon/Rondônia, cujo presidente é o empresário Antonio Sivaldo Canhin.

O nome ENESC, assim como a concepção do evento, foi baseada na iniciativa de sucesso dos Sescon's que compõem a região Nordeste e há alguns anos vem realizando o seu encontro Nordestino de Empresas de Serviços Contábeis. Em 2000, este encontro já está consolidado dentro da nova política de eventos da Fenacon e acontecerá em Salvador, de 23 a 25 de agosto. O presidente do Sescon/BA José Rosivaldo Rios, anunciou na reunião do Conselho de Representantes que tem em fase adiantada a organização do Encontro. Leia mais a respeito na seção *Regionais*.

Reunião do Conselho de Representantes da Fenacon, em que foi aprovada a realização ENESCs. Na mesma ocasião, presidentes dos Sescon's escolheram São Luís-MA como a sede da próxima Conesc.



Fernanda Mayrink

Maranhão será sede da IX Conesc em 2001

Negando a tese de que eventos nacionais se concentram na região Sudeste do País, o Sescon/Maranhão apresentou sua proposta de organização da próxima Conesc e ganhou a simpatia dos membros do Conselho de Representantes da Fenacon. O evento bienal da entidade, a nona Conesc - Convenção Nacional das Empresas de Serviços Contábeis, conforme votado pelos presidentes dos Sescon's de todo o País, acontecerá em São Luís, no ano de 2001.

A escolha da capital do Maranhão teve a ação mobilizadora do presidente do Sescon/MA, José Ribamar Pires de Castro. Além de reunir da-

dos importantes sobre o turismo e infra-estrutura para eventos em São Luís, Pires adiantou acordos com companhias aéreas para eliminar o principal desafio nessa empreitada: minimizar custos de transporte dos participantes que se concentram, em sua maior parte, nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Na reunião do Conselho de Representantes da Fenacon, ocorrida em 26 de novembro, no Marina Palace Hotel, no Rio de Janeiro, também foi avaliada a VIII Conesc ocorrida em outubro, em Curitiba-PR. Veja resultados da pesquisa com participantes na página ao lado.

Anúncio DPComp

Antropólogo faz a melhor palestra da VIII Conesc

Com domínio de público invejável e dados estatísticos bombásticos sobre a evolução do mercado globalizado, a palestra do antropólogo Luiz Marins foi considerada a melhor da 8ª Conesc. O sucesso do tema abordado “Prestação de Serviços é o novo nome do jogo” foi comprovado por uma pesquisa encomendada pela Fenacon para obter a opinião dos convencionais sobre todos aspectos que envolveram a realização do evento. Cerca de 265 participantes responderam ao questionário que avaliou a convenção.

Com uma visão abrangente dos novos desafios gerenciais e tecnológicos enfrentados pelas empresas no mundo atual, Marins encantou o público com informações que confirmam a globalização como um caminho sem volta, dentro do qual a postura inovadora será um dos mais importantes diferenciais do mercado. Ele citou a impressionante velocidade com que novos produtos são lançados a cada dia, visando atender as reais necessidades e expectativas dos clientes. Os pesquisados apontaram como justificativas do sucesso da palestra a motivação, o profissionalismo, dinamismo e o modo de apresentar do palestrante.

Chagas: a segunda melhor

Mantendo o espírito de debate, a segunda melhor palestra foi considerada a do jornalista político Carlos Chagas. Em contraponto à palestra de Marins, Chagas procurou avaliar o outro lado da globalização. Segundo ele, o estreitamento econômico só visa favorecer ainda mais o crescimento de oligopólios.

A terceira palestra mais votada foi a do empresário contábil de Toledo, Paraná, João Luiz Seimetz. Falando a linguagem do contador, ele explicou as etapas do processo de implantação do projeto de qualidade que aplicou em sua

A palestra do antropólogo Luiz Almeida Marins Filho (ao microfone, na foto) foi considerada a melhor da 8ª Conesc, com o tema “Prestação de serviços é o novo nome do jogo”. O dado foi apontado em pesquisa com 256 participantes do evento.



Melhores palestras na opinião dos convencionais

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS É O NOVO NOME DO JOGO (Luiz Almeida Marins Filho)	70%
A MÍDIA E A PERPLEXIDADE DO EMPRESARIADO MODERNO (Carlos Chagas)	10%
QUALIDADE NAS EMPRESAS DE SERVIÇOS (João Luiz Seimetz)	8%
ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS NUM MUNDO EM MUDANÇAS (Antoninho Caron)	6%
A SAÚDE DA EMPRESA COMEÇA PELA DOS FUNCIONÁRIOS (Mário Camargo Maranhão)	3%
REGENDO SUA EMPRESA COMO UMA ORQUESTRA (Raul Alberto Marinuzzi)	2%
ARBITRAGEM NO MUNDO DOS NEGÓCIOS (Ângelo Volpi Neto)	0
O EMPRESÁRIO DE SERVIÇOS NO MERCOSUL (Enrique Sosa)	0

empresa, a Eco Contabilidade. Dessa forma, Seimetz mostrou que aspectos envolvendo a qualidade podem sair dos livros e manuais e se tornar uma realidade, gerando produtividade e dividendos para as empresas de serviços.

Infra-estrutura do evento

Quase totalidade (99%) dos participantes considerou a escolha de Curitiba para sede do evento como ótima e boa. A *Revista Fenacon* foi o principal meio de informação sobre a realização

da 8ª Conesc. Dos participantes, 69% são associados ao Sescon de sua região. A maioria dos convencionais participa de um a dois eventos da categoria por ano.

Para Bruno Lopes, diretor da Experience, empresa responsável pela pesquisa, a questão que pediu a avaliação do evento como um todo espelhou o entusiasmo demonstrado pelos empresários contábeis ao final da 8ª Conesc. O evento foi considerado ótimo/ bom por 94% dos participantes.

Sociedades Profissionais e a isenção da Cofins

Mônica Aquino de Muro

Ao criar, através de Lei Complementar n. 70/91, a Contribuição Social sobre o Financiamento - COFINS, o legislador estabeleceu no inciso II, artigo 6o. da lei, a isenção da contribuição para as “as sociedades civis de que trata o artigo 1º. do Decreto-lei n. 2.397, de 21 de dezembro de 1987”, que por sua vez dispõe:

“Art. 1o. A partir do exercício financeiro de 1989, não incidirá o Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas sobre o lucro apurado, no encerramento de cada período-base, pelas sociedades civis de prestação de serviços profissionais relativos ao exercício de profissão legalmente regulamentada, registradas no Registro Civil das Pessoas Jurídicas e constituídas exclusivamente por pessoas físicas domiciliadas no País.”

Ficou claro, portanto, que a isenção fixada na Lei Complementar 70/91 era destinada às *sociedades civis de prestação de serviços profissionais relativos ao exercício de profissão legalmente regulamentada, registradas no Registro Civil das Pessoas Jurídicas e constituídas exclusivamente por pessoas físicas domiciliadas no País.*

O Fisco federal, no entanto, com a edição da Lei n. 9.430, de 27/12/96, passou a exigir dessas sociedades profissionais o recolhimento da COFINS, sob a alegação de que o artigo 56 da referida lei ordinária teria revogado implicitamente a isenção fixada na Lei Complementar instituidora da contribuição. O artigo 56 da Lei 9.430/96 dispõe:

“Art. 56. As sociedades civis de prestação de serviços de profissão legalmente regulamentada passam a contribuir para a seguridade social com base na receita bruta da prestação de



serviços, observadas as normas da Lei Complementar n. 70, de 30 de dezembro de 1991.

Parágrafo único. Para efeito da incidência da contribuição de que trata esse artigo, serão consideradas as receitas auferidas a partir do mês de abril de 1997.”

A partir de então, multiplicaram-se as autuações das sociedades que continuaram a não recolher a COFINS e também as ações, especialmente mandados de segurança, destinadas a afastar a exigência de recolhimento e as penalidades impostas pela Receita Federal.

Foram concedidas muitas liminares em 1ª instância para que o Fisco se abstivesse de exigir das socieda-

des civis de profissão regulamentada o recolhimento da COFINS, nos termos do artigo 56 da Lei 9.430/96, por estarem tais sociedades ao abrigo da isenção prevista no artigo 6o., Inciso II, da Lei Complementar 70/91, sob o argumento de que apenas outra lei complementar poderia revogar a isenção prevista originalmente.

Lei Complementar é aquela que, dispondo sobre matéria, expressa ou implicitamente, prevista na redação constitucional, está submetida ao *quorum* qualificado do artigo 69 da Constituição Federal, isto é, maioria absoluta nas duas Casas do Congresso; o fundamento principal da tese defendida pelas sociedades

profissionais era, pois, o de que se a criação da contribuição em tela foi efetuada através de Lei Complementar e, se essa mesma lei ao criar a COFINS já o fez com a expressa renúncia à tributação das sociedades de profissionais liberais, somente outro dispositivo de Lei Complementar poderia alterar essa renúncia. A isenção da COFINS para as sociedades civis foi dada por intermédio de Lei Complementar, exatamente para garantir às sociedades civis um mínimo de segurança, pois, repita-se, a exigência dessa espécie de norma dificulta a possibilidade de revogação da isenção, pois a sua aprovação exige maioria absoluta da Câmara e do Senado.

Em vista das liminares concedidas, a Fazenda Nacional passou a argumentar em outro sentido, tentando afastar o argumento de que a revogação da isenção somente poderia dar-se através de Lei Complementar: segundo a interpretação da Fazenda, o Decreto-lei n. 2.397, de 21 de dezembro de 1987, a que a Lei Complementar 70/91 faz referência, teria especificado como beneficiárias da isenção não todas as *sociedades civis de prestação de serviços profissionais relativos ao exercício de profissão legalmente regulamentada, registradas no Registro Civil das Pessoas Jurídicas e constituídas exclusivamente por pessoas físicas domiciliadas no País*, mas dentre essas apenas as que fossem optantes pelo não pagamento do Imposto de Renda e pela imediata distribuição dos lucros aos sócios. É que a partir da Lei 8.451/92, essas sociedades optaram pelo regime de apuração e pagamento do IR pelo lucro real, deixando de estar, segundo os argumentos da Fazenda Nacional- amplamente aceitos por vários

Tribunais Regionais- enquadradas no Decreto-lei n.2.397/87 e portanto deixando de fazer jus à isenção da COFINS.

A discussão vinha se arrastando pelos tribunais, cujas decisões poucas vezes eram favoráveis às sociedades até que, a partir de março de 1998, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) passou a decidir os primeiros recursos relacionados à matéria (v. Recurso Especial 156.839-SP e Recurso Especial 144.851-RS), possibilitando

O STJ praticamente pacificou o entendimento de que a isenção da Cofins permanece, sendo irrelevante para o seu gozo que as sociedades civis de profissão regulamentada tenham optado pelo regime de apuração do IR pelo lucro real ou presumido

a vitória das sociedades profissionais. Recentemente, ao julgar o Recurso Especial n. 209.629-MG, a Primeira Turma do STJ praticamente pacificou o entendimento no sentido de que a isenção permanece, sendo irrelevante para o seu gozo que as sociedades civis de profissão regulamentada tenham optado pelo regime de apuração do IR pelo lucro real ou presumido. De fato, a ementa do Resp 209.629-MG, publicada no DOU de 16.11.99, afirma textualmente que “as sociedades civis de prestação de serviços profissionais relativos ao exercício de profissão legalmente regulamentada, registradas no Registro Civil das Pessoas

Jurídicas e constituídas exclusivamente por pessoas físicas domiciliadas no país, gozam de isenção da COFINS”.

Segundo a decisão, em primeiro lugar é preciso considerar que a isenção foi concedida por intermédio de Lei Complementar, superior às demais espécies normativas infraconstitucionais e, assim, somente por meio de outra Lei Complementar poderia ser retirada ou restringida. Em segundo lugar, os requisitos indicados pela Lei Complementar para o gozo da isenção são exclusivamente aqueles a que se refere o artigo 10. do Decreto-lei n. 2.397, isto é, (a) *que sejam sociedades civis registradas no Registro Civil das Pessoas Jurídicas*, (b) *que tenham por objeto a prestação de serviços profissionais relativos ao exercício de profissão legalmente regulamentada*, e (c) *que sejam constituídas exclusivamente por pessoas físicas domiciliadas no País*.

A decisão do STJ enfatiza que qualquer outro requisito, restrição ou condição não tem amparo legal, notadamente no que respeita à espécie de regime de apuração do IR adotada pela sociedade profissional: “A Lei Complementar não faz tal exigência, pelo que não cabe ao intérprete criá-la”.

Derrubados, assim, todos os argumentos da Fazenda Nacional, ficam as sociedades profissionais substancialmente fortalecidas quanto às possibilidades de êxito em demandas judiciais visando o não recolhimento da Cofins e a anulação de autos de infração lavrados pelo Fisco federal.

Mônica Aquino de Muro é advogada formada pela USP, mestre em direito Internacional e especialista em direito Tributário



Acesse a Home Page da Fenacon

<http://www.fenacon.org.br>

- ◆ Informes legais
- ◆ Notícias
- ◆ Links Importantes

Crimes por computador serão previstos em lei

André Luiz Andrade

Cidadãos e empresas brasileiras vivem hoje uma tormenta quanto à segurança envolvendo informática e Internet. Não há uma legislação específica sobre crimes eletrônicos. Um ataque de hackers, por exemplo, não se configura delito. Os autores de crimes por computador podem ser punidos apenas quando enquadrados em outros crimes previstos em lei, como por "produção de danos qualificados" ou por divulgação de material racista ou pornografia infantil. Mas na Câmara dos Deputados, em Brasília, já está sendo analisado um projeto de lei que deverá definir esse tipo de crime e quais as penas que incorrerão seus autores.

Projeto de autoria do deputado federal, advogado Luiz Piauhyllino (PSDB/PE), caso seja aprovado, poderá trazer mais tranqüilidade aos usuários da Rede. O Projeto de Lei nº 84 de 99 define os crimes cometidos na área de informática e fixa suas respectivas penalidades. O artigo 8º, por exemplo, determina que aquele que "apagar, destruir, modificar ou, de qualquer forma, inutilizar, total ou parcialmente, dado ou programa de computador, de forma indevida ou não autorizada, poderá receber pena de um a três anos de detenção e multa.

Também passaria a ser configurado como crime, a obtenção de segredos, de indústria ou comércio, ou informações pessoais armazenadas em computador ou rede, meio eletrônico de natureza magnética, óptica ou similar (artigo 12). A pena seria de um a três anos e multa.

Pessoas que se divertem criando programas de computador nocivos - os temidos vírus - estariam sujeitas a penas de reclusão de um a quatro anos

e multa. O artigo 13 define como crime, a criação, o desenvolvimento ou inserção de dado ou programa em computador ou rede, com a finalidade de apagar, destruir, inutilizar ou modificar dado ou programa ou, de qualquer forma, dificultar ou impossibilitar, total ou parcialmente, a utilização de computador ou rede.

As penas podem ser agravadas se os delitos forem contra interesses da União, Estados ou municípios; com considerável prejuízo para a vítima; com intuito de lucro ou vantagem de qualquer espécie, própria ou de terceiro; com abuso de confiança; por motivo fútil; com uso indevido de senha ou processo de identificação de terceiro ou com utilização de qualquer outro meio fraudulento.

"Não podemos permitir que pela falta de lei, que regule os crimes de informática, pessoas inescrupulosas continuem usando computadores e suas redes para propósitos escusos e criminosos", justificou o deputado Luiz Piauhyllino, em seu Projeto. O PL, que já foi aprovado pela Comissão de

Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, precisa agora passar pela Comissão de Constituição e Justiça da Casa.

Perícia

Mas, com ou sem legislação específica, as dificuldades acerca de crimes por computador, já começam pelas investigações. "É muito diferente de se investigar outros tipos de crimes", confirma o perito André Caricatti. O primeiro problema é a recuperação das evidências, ou seja, do material que possa compor prova para o convencimento do juiz. "É como analisar agulhas no palheiro", compara.

O perito citou o exemplo da atuação da Polícia Federal em fraudes financeiras, como no caso da situação financeira fictícia do Banco Nacional, que faliu, deixando vários correntistas lesados. Neste caso, se detectou, através da análise de um total de 4 sistemas, com 30 mil programas, crimes como empréstimos falsos e retiradas de lucros irregulares, que perfizeram uma fraude de R\$ 9 bilhões.

Outro caso, este envolvendo pedofilia, foi a identificação de fotos de pornografia envolvendo crianças, através de provedores de Uberlândia e Manaus. A denúncia foi feita em 98 e em fevereiro deste ano a PF conseguiu identificar uma pessoa, do Estado de Goiás, que estava produzindo e divulgando as imagens.

Provas concretas

Encontrada as evidências, o próximo passo é a tradução, ou seja, transformar a prova da forma digital para a de compreensão do ser humano. Pode ser, por exemplo, através da impressão de documentos. Neste caso, o perito deve ter cuidado para não alterar o material, preservando-o para que tenha validade na hora de ser apresentado ao juiz.

Mas diante de tantas dificuldades, fica uma pergunta: não seria mais fácil proceder um controle mais rígido da Rede do que tentar encontrar agulhas no palheiro da imensidão de comunicação, informações e serviços que consiste hoje a Internet? Caricatti responde, afirmando que não cabe a polícia uma presença ostensiva na Rede, e sim a investigação e a perseguição dos culpados, após a ocorrência do crime. "É impossível verificar todo o tipo de conteúdo da Internet, o tempo todo", justifica.

De fato, segundo dados em uma matéria sobre sites de busca na Revista

Exame (08/09/99), "as páginas da Web multiplicam-se ao ritmo de 1 milhão por dia". Em dezembro de 1997, eram 320 milhões de páginas disponíveis na rede. Em fevereiro deste ano, o número já havia pulado para 800 milhões de páginas.

Caricatti também isenta de culpa os provedores de acesso. "O objetivo da investigação criminal é chegar a quem faz, buscar o agente, não importa se o material está no domínio (hospedados em servidores do País ou no Exterior) ou fisicamente com o autor". Ele ressalta que não é a atividade fim do provedor praticar delitos: "enxergamos o provedor como desavisados". Portanto, o ataque a um provedor seria uma falha na política de segurança. "Neste caso, ele não será incriminado, a não ser que hajam provas de sua participação direta".

Prevenção

No caso de uma empresa 'atacada', o ideal é preservar computador e programas, para que possam ser usados como prova em um tribunal. Caso contrário, podem ser questionadas por serem provas voláteis. Na impossibilidade de preservar o material ori-

ginal, o lesado deve fazer o backup que preserve o resultado do ataque.

Mas se o controle é impossível, a Polícia Federal pode atuar na prevenção do crime com campanhas públicas junto à sociedade, como, por exemplo, as realizadas contra a divulgação de pedofilia na Rede, ou recebendo denúncias. Outro exemplo é o trabalho feito pelo Comitê Gestor Internet do Brasil (www.nic.br), criado em maio de 95. O comitê é composto de vários membros, tais como: representantes dos ministérios da Ciência e Tecnologia e Comunicações, CNPq, comunidade acadêmica, provedores de serviço e comunidade de usuários da Internet.

Vários são seus objetivos: assegurar qualidade e eficiência dos serviços prestados, justa e livre competição entre provedores, e manutenção de padrões de conduta de usuários e provedores. Entre as atribuições, está a de recomendar padrões, procedimentos técnicos e operacionais e código de ética de uso, para todos os serviços Internet no Brasil. Entre as várias ações já realizadas pelo Comitê, está a promoção de cursos sobre segurança para os profissionais de redes.

As informações para esta reportagem foram extraídas de palestra sobre a atuação da Polícia Federal na apuração de crimes por computador no Brasil, no VIII Congresso Nacional de Auditoria de Sistemas e Segurança em Informática - Cnasi'99, promovido pela Sucesu-SP e Associação Brasileira de Auditores de Sistemas - Abas.

Anúncio Copan

1/3 pág

O Vendedor de Sonhos

José Carlos Marion*

No primeiro semestre de 1999 ministrei algumas palestras para alunos do curso de Ciências Contábeis da UCAM em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.

Boa parte com bastante entusiasmo de minha parte.

Ao final deste ciclo de palestras fiquei sabendo que uma parte dos alunos desta conceituada instituição me denominaram de “O Vendedor de Sonhos”.

Não fiquei surpreso ou sequer ofendido com esta alcunha. Na verdade, senti-me até lisonjeado e recompensado em minha cruzada na valorização ou na adequação à realidade da profissão contábil.

Somente nos primeiros quatro meses do referido ano, entre as inúmeras citações pela mídia destacando a profissão contábil, lembro algumas que evidenciam a relevância desta profissão na virada do milênio:

* em 19/01/99, no suplemento de Franquias do Jornal “O Estado de São Paulo”, página 7, Charles B. Holland afirma: “Só existe uma solução viável para melhorar em curto tempo a postura ética nos negócios: convocar os 300 mil contadores e técnicos em Contabilidade do Brasil... O que contadores podem fazer para ajudar o Brasil?”

Muito, porque estamos vivendo um momento histórico. O progresso do país depende dos Contadores.”

* Em 27/01/99, na reportagem de capa da Revista Veja - Ano 32, nº 4 - abordando a globalização, há referência a David Morrison, diretor do Fórum Econômico Mundial realizado em Davis, na Suíça, que propõe as saídas para evitar crises dizendo (página 51):

“As empresas seriam auditadas por padrões internacionais de contabilidade. Os governos aceitariam abrir suas contas e se comprometeriam a não esconder seus déficits.”

* Ainda em Janeiro/99 o Boletim do



Cristina Lopes

uma das especializações da Contabilidade, o cargo de Controller, a média salarial no mercado chega a R\$ 9.529,00 conforme citada por aquele jornal.

* Em 24/02/99, na sessão em primeiro lugar, a revista Exame, no artigo “Tenha Medo de Sentir Seguro”, mostra que uma das maiores empresas aéreas do mundo, a Lufthansa, quase quebrou por uma decisão errada em relação ao fluxo de caixa. Evidencia como a Contabilidade pode salvar a empresa. Sem ela, por mais forte que a empresa seja, pode desaparecer da noite para o dia.

* Ainda em 24/02/99, nesta mesma edição da Revista Exame, é destacado, na página 105, a importância da Contabilidade para a Cabimaster, patrocinada pela General Motors.

Mostra ainda o que é uma gestão esperata, destacando uma empresa com um excelente desempenho por construir um banco de dados para tomada de decisões.

* Em 26/02/99, no Caderno Empresas & Carreiras, o artigo “Globalização Exige Novo Perfil de Contador”, a Gazeta Mercantil mostra que a remuneração do Contador Global varia entre 200 a 300 mil dólares por ano. Mostra que a Organização Mundial do Comércio abrigará negociações sobre a liberalização de serviços profissionais contábeis a partir do próximo ano.

* Ainda em 26/02/99, a Gazeta Mercantil disponibiliza várias páginas com o título “Em Busca da Melhor Informação” comentando sobre um projeto pronto que está indo para o congresso com o objetivo de mudar a parte contábil da Lei das Sociedades Anônimas.

Este projeto obriga empresas de grande porte, mesmo fechadas, a publicar seus balanços, incluindo praticamente todas as mutinacionais, mesmo grandes grupos na-

Você pode sonhar alto, caro estudante e profissionais que estão investindo na Contabilidade. Pode aumentar sua auto-estima, pois você escolheu uma das melhores (quem sabe a melhor) profissão da virada do milênio.

Ibracon prepara o N° 248 para falar especificamente do “Assurance Services: Novas Oportunidades para a Profissão”. Os articulistas, liderados por Ernesto Rubens Gelbke, começam dizendo que “para nutrir e estimular essa visão, informamos que estudos já desenvolvidos estimam que a exploração ampla dos ‘assurance services’ permitiria a uma empresa de auditoria duplicar ou até triplicar seu volume atual de faturamento”.

* Em 07/02/99, no Caderno de Empregos, o jornal “O Estado de São Paulo” aborda nas páginas 01 e 12 as novas funções do contador no mercado. Só para exemplificar

cionais avessos a dar informações. Este artigo mostra como será ampliado o campo profissional do contador.

* Em 03/03/99, a Revista Veja fala do Empate Técnico entre os Bancos Bradesco e Itaú.

Na página 101 Olavo Setúbal: "Nosso sucesso está alicerçado numa base de tecnologia, Contabilidade e análise de negócios por modelos matemáticos". Assim, o Banco Itaú S.A. entende que a Contabilidade é um dos pilares do seu sucesso.

* Em 22/03/99, o The Wall Street Journal América, em artigo reproduzido no Jornal O Estado de São Paulo, fala sobre o slogan da primeira campanha da Price Waterhouse Copers, uma das maiores firmas de consultoria e auditoria do mundo: "Juntos, poderemos mudar o mundo". Além, de conquistar clientes esta empresa quer atrair novos talentos para as 52 mil vagas que devem ser preenchidas em seus escritórios no mundo todo até o final do ano.

* Em abril/99, na Revista Você S.A., há destaque das melhores profissões nos Estados Unidos. Das dez melhores, cinco se re-

ferem a Informática, entre as sete primeiras. As duas que não são de Informática são da área contábil: atuário (segundo lugar) e contador.

O artigo é anunciado por aquela revista com a seguinte chamada: "Quais as melhores profissões? Astronauta? Banqueiro? Não. A resposta é: contador, atuário e matemático.

Atenção: isso não é gozação".

* Em Abril/99 Achiles Yamaguchi escreve o artigo "Arbitragem torna-se um novo desafio para os contadores" na Revista Fenacon - Edição 40. Ele destaca o novo campo de trabalho dizendo que o contador deve estar preparado mediante especialização, para ocupar espaço a ele destinado e atuar nesta nova forma alternativa de solução de controvérsias e litígios.

Ainda neste semestre tive a oportunidade de lançar pela Atlas, em co-autoria com Sérgio de Iudícibus, o livro Introdução à Teoria da Contabilidade, onde, no capítulo

dois, é apresentado um quadro sendo destacado vinte e três especializações ou alternativas de trabalho diferentes para o contador. Este assunto foi publicado na revista CRCPR n° 123/99.

Tenho constatado que o nível de desempenho do profissional contábil de bom nível é praticamente zero.

A nova proposta de Lei das Sociedades Anônimas, já correndo no Congresso, obriga a auditoria independente às sociedades de grande porte, mesmo quando não constituídas sob a forma de sociedades por ações. Isto demonstra uma significativa ampliação do mercado de trabalho do auditor independente.

Por isso, e muito mais, você pode sonhar alto, caro estudante e profissionais que estão investindo na Contabilidade. Pode aumentar sua auto-estima, pois você escolheu uma das melhores (quem sabe a melhor) profissão da virada do milênio.

José Carlos Marion é professor titular do Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP

Anúncio Mastermaq

Comissão tripartite discute saída para impasses da Reforma Tributária

por Geralda Magela
de Brasília

Desde a aprovação do substitutivo da Reforma Tributária, no dia 23 de novembro, parlamentares da Comissão e representantes dos governos federal e estaduais vêm tentando encontrar uma saída para solucionar o impasse criado em torno do substitutivo Mussa Demes e evitar o naufrágio da reforma. Entretanto, mesmo que consiga chegar rápido a um acordo nas próximas semanas (o que dificilmente acontecerá), o calendário de votações já está prejudicado e dificilmente a reforma será votada na Câmara ainda este ano. Com a entrada do governo em cena, uma coisa pelo menos já está certa: se prosperar mesmo uma proposta de reforma ela terá muito pouco daquela apresentada por Mussa Demes e aprovada na Comissão.

A confusão que por pouco não enterrou a reforma tributária começou no dia da votação do texto. O governo, que até então tinha mostrado pouco interesse nas discussões, resolveu entrar em cena e bombardear o relatório tendo como porta-vozes suas maiores autoridades na área econômica: o secretário da Fazenda Everardo Maciel e o ministro Pedro Malan. Em um documento divulgado para a imprensa e colocado à disposição na internet, as autoridades fazendárias faziam duras críticas ao relatório, afirmando que ele aumentaria a carga tributária.

As críticas feitas por Maciel e Malan na imprensa contra o relatório depois dele ter sido aprovado por quase unanimidade (35 votos a favor e apenas um contrário) irritaram os integrantes da comissão, que viram nessa atitude uma tentativa de minar a reforma. Também mostrou a posição ambígua do governo que em público se dizia favorável à reforma mas na prática não demonstrou nenhum empenho em vê-la concretizada. "Foi uma agressão e uma



Em nota distribuída à imprensa (com o aval do presidente da Câmara Michel Temer), a comissão rechaçou as críticas do Ministério da Fazenda ao texto de reforma tributária aprovado pela Câmara, qualificando-as de inconsistentes e de "terrorismo tecnocrático". Os parlamentares também acusaram as autoridades fazendárias de terem sido ausentes no processo de discussão do relatório

depreciação a oito meses de trabalho e tentativas de diálogo com o governo", reclamou o deputado Antônio Palocci (PT-SP).

A resposta veio no dia seguinte. Em nota distribuída à imprensa (com o aval do presidente da Câmara Michel Temer), a comissão rechaçava as críticas da análise do Ministério da Fazenda, qualificando-as de inconsistentes e de "terrorismo tecnocrático". Também acusava as autoridades fazendárias de terem sido ausentes no processo de discussão do relatório.

Comissão tripartite

A trapalhada do governo repercutiu rápido e os bombeiros de plantão tiveram que ser acionados para apagar rápido o fogo e evitar estragos ainda maiores. Foi sugerida então a criação de uma comissão tripartite, formada por representantes do Executivo (federal, estadual e municipal). O ministro

Pedro Malan assumiu pessoalmente a coordenação das discussões.

Desconstitucionalização

Apesar de ainda não ter fechado um acordo, a comissão já definiu alguns pontos que deverão ser revistos e que poderão modificar bastante a atual estrutura do texto. De acordo com o ministro da Fazenda Pedro Malan, que está à frente das negociações, a idéia é fazer uma reforma em duas dimensões: um texto contitucional contendo os princípios gerais; e uma legislação complementar para as questões operacionais. "É isso que acontece na maioria dos países desenvolvidos", destacou Malan. Esta proposta se estenderia ao IVA, um dos pontos de maior discórdia e que encontra muita resistência nos Estados. Desta forma, o IVA entraria na Constituição, mas a operacionalização (arrecadação, repasse de recursos, alíquotas etc) seria de-

finida na lei infra-constitucional.

Na avaliação do presidente da Comissão Germano Rigotto, as negociações estão avançando de maneira positiva. Segundo o parlamentar, nas reuniões foram explicitadas tanto as divergências pontuais quanto à proposta como as alternativas apresentadas pelo Governo, Estados e Municípios e os pontos de convergência. “Essa comissão tripartite veio desarmada no sentido de uma construção”, destacou.

Para o vice-presidente da Comissão de Reforma Tributária, Antônio Palocci, ainda é cedo para falar em consenso. “Os Estados apresentaram suas sugestões, o governo federal também, mas não se chegou a um entendimento”, disse Palocci. Ele ressaltou, no entanto, que esse sentimento tem que se concretizar em proposições, em medidas objetivas e em votação. “Por parte da Comissão isso vai ser feito”, garantiu. Palocci ressaltou, no entanto um ponto positivo das reuniões. “Pelo menos há uma compreensão muito ampla de que a reforma tributária não pode ser mais adiada”

De acordo com Rigotto, as discussões poderão se estender durante o período de discussão dos destaques, que começaram a ser votados no dia 1º de dezembro. A intenção do presidente da Comissão é iniciar a votação pelos pontos mais simples, deixando para o final as questões mais polêmicas que ainda estão sendo negociadas na Comissão tripartite.

Proposta Mussa Demes

O relatório aprovado (que deverá ser bastante modificado a partir das negociações da comissão e durante a votação dos destaques) mantém a mesma espinha dorsal do texto anterior, centrando a arrecadação em três tributos: O IVA compartilhado (em substituição ao atual ICMS), o IVV e a Contribuição Social.

Apesar de manter o corpo central da proposta, Mussa Demes adotou algumas modificações sugeridas em relação ao IVA. Ao contrário da proposta anterior que previa a centralização da cobrança do tributo na União, ele preferiu manter a competência dos Esta-

dos, compartilhando a receita e a arrecadação entre os dois entes federativos. Pelo substitutivo, o novo ICMS passa a ser instituído e regulado por lei complementar federal e fiscalizado pela União, Estados e Distrito Federal. Os estados passaram a ter uma margem de negociação, podendo elevar ou reduzir as alíquotas em até 20%

Guerra fiscal

Para evitar a guerra fiscal, Mussa Demes propõe que as alíquotas sejam uniformes em todos os estados, o mesmo ocorrendo com as isenções e a não-incidência de tributos. Isso significa que, se for aprovada a redução ou aumento para um determinado produto em um estado, a lei passa a valer para os demais. A transição do atual ICMS para o IVA ocorrerá em um período de 5 anos, sendo que nos dois primeiros será mantido o atual sistema de cobrança mista.

Retirando-se os produtos que terão alíquotas seletivas (energia elétrica, telecomunicações, veículos, bebidas e fumo) - O ICMS foi dividido em quatro faixas de alíquotas: a padrão, na qual estará inserida a grande maioria dos produtos; a reduzida, voltada para os serviços; uma alíquota super reduzida para gêneros de primeira necessidade (cesta básica); e uma alíquota superior, para produtos supérfluos. As alíquotas obedecerão aos seguintes tetos: a superior será de 40% acima da alíquota padrão; a reduzida 40% abaixo da padrão e a inferior não poderá ser maior do que 30% da padrão.

ICA

O substitutivo também incorporou o Imposto sobre operações relativas à circulação de Combustíveis Automotivos - ICA. A proposta anterior previa a criação de uma alíquota seletiva dentro do próprio ICMS, mas o relator acabou acatando as sugestões dos representantes do setor, preferindo instituir um imposto específico para esse segmento. De acordo com Mussa Demes, esse tributo único e monofásico para os combustíveis é necessário para diminuir o potencial

de evasão tributária apresentada pelo ICMS nesse setor, principalmente devido à imperfeição da legislação que acaba dando margem a uma grande quantidade de liminares para não recolher o tributo. Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo, a evasão chega a 1 milhão por ano. Entidades representativas do setor também reclamavam que essas liminares acabavam tornando a concorrência desleal entre as empresas que comercializam combustível.

O substitutivo também retira da competência dos municípios a cobrança de Impostos sobre serviços, passando-os para o âmbito do ICMS. Para compensar a perda de arrecadação, institui o Imposto sobre Vendas a Varejo e prestação de serviços -IVV, de competência municipal e que será cobrado de não-contribuintes do ICMS. Os serviços tributados serão listados em lei complementar. A exemplo do ICMS, a alíquota do IVV será uniforme em todo o território nacional e enquanto não for fixada em lei complementar, será de 4%. O IVV e outro ponto que encontra muitas divergências e que certamente será modificado durante as discussões e votação dos destaques.

Desoneração da produção

“Nós estamos fazendo com que desapareça do sistema todos os tributos de natureza cumulativa e ainda vamos permitir um desempenho muito melhor da balança comercial, vamos permitir geração de mais empregos no país, empregos que estão sendo gerados no exterior devido à falta de um sistema tributário mais moderno, mais ágil e mais favorável à atuação das nossas empresas”, destacou Mussa Demes, durante a apresentação do relatório à Comissão.

De acordo com Demes, a eliminação dos tributos cumulativos fará mais justa a partilha dos recursos entre as pessoas que pagam esse tributos, tornando mais suportável ao segmento produtivo e fazendo com que a distribuição dessa carga possa ser feita de forma mais racional, mais correta entre todos aqueles que são contribuintes.

Fórum de debates vai apresentar proposta a ministro da Fazenda



O presidente da Câmara, deputado Michel Temer (à esq. na foto) recebe, em sua casa, em Brasília, para um café da manhã, representantes de entidades dos setores de contabilidade, comércio, serviços e ainda, deputado Max Rosenmann (pelo Núcleo Parlamentar de Estudos Contábeis e Tributário) e os deputados Germano Rigotto e Mussa Demes. Temer ouviu as propostas convergentes para um novo modelo tributário e fiscal para o país apresentadas pelas entidades que hoje formam o "Fórum de Entendimento".

O Fórum de Debates e Entendimento sobre a proposta de Reforma Tributária, formado por entidades ligadas aos setores contábil, fiscal, de comércio e serviços e pelo Núcleo Parlamentar de Estudos Contábeis e Tributários, está preparando um documento com análises e simulações sobre a reforma tributária para ser entregue ao ministro Pedro Malan. Além de conter a proposta das entidades, o documento apresentará um estudo comparativo, de forma técnica e didática, sobre a carga tributária em três situações: como está hoje na Constituição Federal; na proposta Mussa Demes; e na proposta do Fórum.

No dia 30 de dezembro, representantes das entidades que compõem o Fórum reuniram-se em Brasília para discutir os termos do documento. De acordo com o presidente do Núcleo

Parlamentar de Estudos Contábeis, deputado Max Rosenmann (PSDB/PR), a intenção desse trabalho é oferecer subsídios para que a reforma aconteça dentro dos princípios de modernização dos impostos. "Mas inteligente de tal forma que, num segundo momento, haja uma redução da carga", enfatizou.

Segundo Rosenmann, a proposta Mussa Demes "não vingou" e por isso novas idéias (ou até um novo substitutivo) poderão entrar na Reforma. Além das entidades que já estão participando, o Fórum pretende buscar apoio também em outros segmentos empresariais e tentar aglutinar

uma proposta conjunta. Isso porque, até agora, só houve propostas isoladas e nenhuma que englobasse a vontade da maioria. "Ainda não tivemos uma proposta dos empresários, nem dos governadores", ressaltou o presidente do Núcleo.

Para Rosenmann, o governo também não entrou em campo e a proposta que apresentou (se é que se pode considerar como do governo a proposta do secretário da Fazenda Everardo Maciel) foi tímida. "Há um impasse real. O governo bombardeia o relatório Mussa Demes mas não apresenta com clareza as alternativas". De acordo com o parlamentar, independente de gostar ou não do substitutivo Mussa Demes, o governo precisa ter um projeto de reforma tributária. "Se não gosta do que está aí, que produza outro", enfatizou.

Desoneração da folha de pagamento

O ponto central da proposta, que será entregue formalmente ao governo a partir do dia 15 de dezembro, é a desoneração da folha de pagamento, considerada por todos os representantes das entidades como a grande responsável pela sonegação e pela informalidade. "A proposta do Fórum é revolucionária e de grande qualificação", destaca Rosenmann, acrescentando que toda sonegação inicia pela folha de pagamento. Os contabilistas também não concordam com a extinção do ISS e sua substitui-



Rosenmann: "Há um impasse real. O governo bombardeia o relatório Mussa Demes mas não apresenta com clareza as alternativas"

ção pelo IVV e querem a manutenção do ICMS de cobrança e competência exclusiva dos estados. Para eliminar a guerra fiscal, propõem que o ICMS, o ICA e o ISS sejam regulamentados por Lei Complementar Federal.

Além de Pedro Malan, o Fórum quer também entregar o documento ao ministro da Previdência Waldeck Ornélas e aos governadores. O objetivo desse trabalho de divulgação e convencimento junto aos governos federal, estaduais e aos segmentos empresariais é obter apoio a sua proposta. “Queremos que o governo encampe a nossa sugestão e aproveite a contribuição dos contabilistas para o Brasil”, destaca o presidente da Fenacon, Eliel Soares de Paula. Para Max Rosenmann, o setor de contabilidade representa 50% do PIB brasileiro e devido à sua experiência e qualificação tem condições de opinar.

O presidente da Fenacon, Eliel Soares de Paula destacou a desoneração da folha e eliminação do IVV como pontos essenciais a serem incorporados na reforma. “A criação do IVV em substituição ao ISS é extremamente prejudicial para os municípios e para as empresas, devido à bitributação que esse novo tributo promove”, ressaltou. Para ele, o relatório atual de Mussa Demes foi insensível às sugestões da sociedade e houve poucas mudanças em relação à proposta anterior.

Sugestões do Fórum de Entendimento à Reforma Tributária

- ❑ Novo Imposto Seletivo sobre Fumo, Bebidas e Veículos automotores – em substituição ao IPI e com receita exclusiva para a União;
- ❑ Manutenção do atual ICMS – de competência e cobrança exclusiva dos Estados, evitando a criação de outra alíquota federal sobre a mesma operação;
- ❑ Novo Imposto Sobre Combustíveis – ICA – de competência dos Estados, incidência monofásica e compensável com o ICMS;
- ❑ Manutenção do atual ISS – na competência municipal. O segmento não concorda com a criação do IVV;
- ❑ Extinção da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, assim como os demais tributos cumulativos;
- ❑ Nova Contribuição Sobre Combustíveis Automotivos – CCA – para substituir a PPE –Parcela de Preço Específico, com recursos utilizados também na manutenção, manutenção e melhoria do sistema viário nacional;
- ❑ Extinção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre folha de salários- para reduzir os encargos trabalhistas e estimular a oferta de emprego formal;
- ❑ Novas fontes de custeio da seguridade social. Para substituir as contribuições extintas, devem ser criadas a CMF – Contribuição sobre Movimentação Financeira, nos moldes da CPMF e a CVA – Contribuição Sobre Valor Adicionado, calculada como adicional do ICMS, do ICA e do ISS, ambas com destinação exclusiva para a Seguridade Social.



Anúncio Alterdata

Ives Gandra contesta novo modelo de ICMS proposto na Reforma

Para o advogado tributarista, Ives Gandra da Silva Martins, o relatório Mussa Demes, no que diz respeito ao ICMS, cria um “sistema incomensuravelmente mais complicado do que o atual”. Segundo ele, o texto estabelece dois regimes jurídicos para um mesmo imposto, um federal e outro estadual, com várias diferenças entre ambos. A solução,



O advogado tributarista, Ives Gandra Martins critica pontos do texto Mussa Demes

na sua opinião, seria federalizar o ICMS, partilhando a receita do imposto na boca do cofre, evitando, assim, que o Governo Central deixe de devolver o valor devido para os Estados e municípios. “Funciona em vários outros países. Ganharíamos com a simplificação do sistema”.

Gandra prevê que a adoção do regime de destino para a cobrança dos impostos nas operações interestaduais ainda irá dificultar muito a fiscalização. Se a cobrança for na origem, para posterior transferência da receita ao Estado de destino, o poder local poderá não ter o mes-

mo interesse fiscalizatório, pois, para isso, terá que colocar em funcionamento a sua fiscalização em favor de outro Estado, sem nada receber.

“A vocação do ICMS”, afirma o tributarista, “é federal e não estadual e a teimosia de mantê-lo no âmbito dos Estados é que tem provo-

cado as grandes distorções do sistema, as indesejáveis guerras fiscais e a indiscutível sonegação do tributo pelo ‘turismo’ das notas fiscais desacompanhadas de mercadorias pelos Estados”. Por outro lado, Gandra lembra que o relatório vem permitindo um amplo debate sobre o tema. Ele elogia pontos do substitutivo, como a eliminação da cumulatividade das contribuições sociais, a possibilidade de compensação de precatórios com débitos tributários e a negociação dos débitos tributários, conforme a condição do contribuinte.

Ministro mostra que 1/3 dos processos no STF são de natureza tributária

Ações da área tributária somam 1/3 de todos os processos que sobem ao Supremo Tribunal Federal- STF e refletem a complexidade que envolve as leis sobre o Sistema Tributário Brasileiro. A análise é do ministro do STF, Sydney Sanches. Ele destaca que tais ações requerem, muitas vezes, esclarecimentos de especialistas e interpretações diversas. Exemplo disso seriam os diversos recursos sobre emolumentos de tabelião. “Dá um trabalho danado saber o que é o emolumento. Até hoje não sei o que é”, brinca o ministro.

Outro problema são as discussões em cima de normas já alteradas e revogadas, o que mostra o excessivo e descontrolado número de mudanças na legislação tributária, que ocorrem frequentemente.

“Ainda temos que julgar 50 mil vezes o mesmo caso”, acrescentou Sanches, que finalizou: “oitenta e cinco por cento do serviço do STF é feito inutilmente às custas do povo”.



Ministro Sidney Sanches “oitenta e cinco por cento do serviço do STF é feito inutilmente às custas do povo”

Consenso predomina na Câmara



O deputado federal Eduardo Paes (foto acima), integrante da Comissão de Reforma Tributária, garante que após tantas reuniões e discussões, há muito mais consensos do que divergências entre os parlamentares. Tanto que a comissão que estuda o tema aprovou o relatório por 35 votos a um.

Ainda assim, o deputado, que é advogado, especialista em políticas públicas, não deixa de criticar o fato de que a comissão, formada basicamente por economistas, acabou se preocupando mais com o aspecto da arrecadação do que com os jurídico-tributários. Ele cita a preocupação em manter os atuais níveis de arrecadação, preservando a divisão do ‘bolo’ entre os diversos entes da federação. Outros consensos foram a desoneração dos bens de capital e das exportações. Paes defende como grandes conquistas do relatório, a proibição da instituição de tributos antes de decorridos 90 dias da publicação da lei que os instituir ou aumentar e a vedação de medidas provisórias para veicular matéria tributária.

A grande discussão antes da votação do substitutivo na Comissão Especial, segundo o deputado, foi em torno do fim da guerra fiscal entre os Estados. “Apesar dos secretários de Fazenda não admitirem, houve uma pressão muito grande dos poderes Estaduais sobre os parlamentares, que, inclusive foram os responsáveis pelo adiamento, em uma semana, da votação”. A questão principal está na aplicação do princípio do destino. O deputado defende que a cobrança do ICMS/IVA na origem representa uma indevida transferência de recursos.

A importância do e-mail

Por Nivaldo Cleto

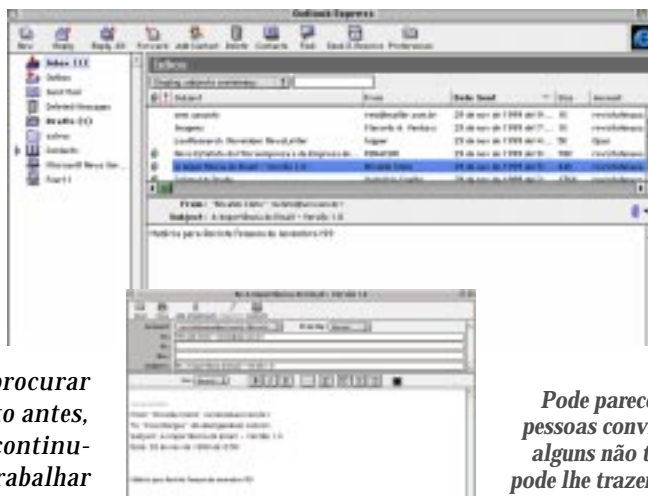
A pós sete anos trabalhando com e-mail, somente durante os últimos dois anos que tenho conseguido convencer aos meus colaboradores e círculo de amigos que o e-mail é vital para sobreviver no mundo empresarial.

O profissional que oferece serviços e apresenta um cartão de visitas sem e-mail, pode procurar um provedor de acesso o quanto antes, pois posso afirmar, que se ele continuar relutando para aprender a trabalhar com e-mail, cada vez menos empresas darão credibilidade ao seu trabalho, pois hoje as informações são muito dinâmicas e os empresários modernos exigem que o profissional seja atualizado.

Quando você manda uma proposta por e-mail, pode ter certeza que o cliente o verá com bons olhos em matéria de tecnologia, podendo ser um plus em relação aos concorrentes.

Parem de dar desculpas do tipo, o meu filho tem e-mail, o meu filho sabe mexer, etc... pois com as facilidades de hoje, para que você tenha um e-mail, nem precisa ter a assinatura de um provedor, basta que você consiga acessar a internet de qualquer local (cafés, empresas, casa de amigos e até mesmo o computador do seu filho), procedendo um cadastro gratuito no Hotmail (www.hotmail.com). Agora, se você caiu na real e decidiu criar uma conta de e-mail, não se esqueça de verificar diariamente sua caixa postal, pois é anti-ético deixar de responder às mensagens, e o prazo para respondê-las sem ferir a "netiqueta" é de 48 horas. No mais, veja as vantagens, no quadro ao lado, de se ter uma conta de e-mail.

Fica aqui uma observação final: Não dou muitos anos para sobrevivência dos aparelhos de Fax, pois com os mo-



Pode parecer um assunto ultrapassado, pois muitas pessoas convivem com e-mail há muitos anos, porém, alguns não tem idéia das facilidades que este serviço pode lhe trazer, principalmente no âmbito empresarial.

O que um e-mail proporciona

- ☞ Acessar e responder as mensagens na hora que você tem disponibilidade.
- ☞ Mandar uma mensagem para aquela pessoa que dificilmente está desocupada para atender ao telefone, pois irá sobrar uma horinha, nem que seja aos feriados e madrugadas para responder este e-mail. Já é possível com o e-mail fazer contato com personalidades ilustres sem as barreiras telefônicas. É claro que dependendo da pessoa, sua mensagem irá passar por uma peneira. Meus clientes estão descobrindo aos poucos que é muito mais fácil se comunicar comigo por e-mail, pois sabem que eu verifico a caixa postal e leio as mensagens todos os dias.
- ☞ Receber extrato bancário diariamente, sem ter que digitar aquele monte de senhas. Este serviço já está sendo fornecido aos clientes do Citibank e, em breve, os outros virão na cola.
- ☞ Receber as principais notícias que estarão publicadas no jornal do dia seguinte. Este serviço já é fornecido pela Agência Estado (gratuito apenas para clientes do Provedor Mandic), Gazeta Mercantil (gratuito para todos usuários – vide home page da Fenacn).
- ☞ Mandar arquivos em formato Word, Excel e até fotos e outras imagens anexadas para análise do destinatário. Hoje na minha empresa, todas propostas são encaminhadas em formato eletrônico, com cópia para todos os diretores, sem impressão, até que seja aprovada a versão final.
- ☞ Cobrar os serviços dos seus colaboradores, sem o desgaste de ter que chamar a pessoa, pois o correio eletrônico deixa registrado tudo que você enviou, dia, hora. Por isso o cuidado para não deixar de responder as mensagens.
- ☞ Hoje atendemos clientes de diversos países e vários estados do Brasil onde tudo é enviado e cobrado por e-mail.
- ☞ Caso vocês tenham dificuldades com os serviços públicos e alguns serviços de atendimento ao consumidor, basta enviar um e-mail para o ombudsman, que em grande parte das empresas funciona. Tive recentemente uma experiência com a Telesp Celular, onde após ser atendido por mais de dez pessoas diferentes sobre o mesmo assunto resolvi enviar um e-mail para a Anatel em Brasília comunicando o fato. Em apenas dois dias recebi um telefonema de uma gerente da Telesp Celular e meu problema foi solucionado. Outra experiência foi com uma revista semanal de grande circulação. Mandeí um e-mail para o redator chefe e reclamando do atraso na entrega. Para minha surpresa recebi um telefonema do próprio redator chefe explicando a situação e pedindo desculpas pelo ocorrido.
- ☞ Muitas vezes ficamos vários minutos pendurados ao telefone para fazer uma consulta sobre legislação junto a IOB, e nem sempre a resposta nos satisfaz. Mandando esta mesma pergunta por e-mail a resposta vem normalmente em no máximo 48 horas.
- ☞ Não poderia deixar de falar da vantagem de receber gratuitamente as principais mudanças na legislação que a Fenacn em parceria com a IOB envia diariamente para os leitores cadastrados.

dermos scanners que estão a venda no mercado, será muito simples escanear o documento que será enviado automaticamente para uma central de Fax, que se encarregará de enviar ao cliente.

E que fique registrado: este texto que escrevo foi enviado para a redação da revista através de e-mail, sem papel, sem disquete e sem courier, em apenas 10 segundos.

Agora não diga mais que não tem e-mail!

Alguns cuidados para boa utilização do e-mail

- Com a crescente utilização da internet, as caixas postais recebem mensagens indesejadas, deixando muitas vezes, o profissional que utiliza o e-mail como ferramenta de trabalho, irritado com propagandas e arquivos anexados de tamanhos superiores a 1 megabyte, que demandam tempo enorme para serem "baixados" no computador.
- Cuidado, não coloque seu e-mail em listas públicas, pois você receberá inúmeras propagandas que não tem nada a ver com seu negócio.
- Tenha sempre seu anti-vírus atualizado, pois existem mensagens que ao serem abertas detonam seu Hard Disk. Assim, a melhor maneira de não ser pego por eles é não rodar programas desconhecidos que chegam anexados às mensagens. Se chegou um programa anexo e você não sabe o que é, contenha a curiosidade e apague-o.
- Não mande um e-mail para diversas pessoas com o nome delas em evidência, utilize o campo (CCO – com cópia oculta), pois a pessoa que receber sua mensagem nunca ficará sabendo para quem você também enviou. A idéia principal, neste caso, é preservar o direito de sigilo do e-mail das pessoas envolvidas em sua mensagem.
- Nunca escreva todo texto em MAIÚSCULA, pois isto quer dizer que você está gritando.
- Acesse todos os dias a sua caixa postal

Sites de Interesse do Empresário Contábil

Hardware

IBM	http://www.ibm.com.br
Compaq	http://www.compaq.com.br
Semp Toshiba	http://www.semptoshiba.com.br
Itautec	http://www.itautec.com.br

Informações fiscais e tributárias

Coad	http://www.coadbr.com
IOB	http://www.iob.com.br
Fiscodata	http://www.fiscodata.com.br
Informare	http://www.informanet.com.br
Koenig Consultoria e Publicações Fiscais	http://www.koenig.com.br

Busca na Rede

Cade	http://www.cade.com.br
Alta Vista	http://www.altavista.com
Yahoo	http://www.yahoo.com
Metaminer	http://miner.bol.com.br/index.html
RadarUOL	http://www.radaruol.com.br

Impressoras

Hewlett Packard	http://www.hp.com.br
Epson	http://www.epson.com.br
Xerox	http://www.xerox.com.br
Lexmark	http://www.lexmark.com
Elgin	http://www.elgin.com.br
Canon	http://www.canon.com.br/index1.htm

Softwares

Symantec (Norton Anti-Virus)	http://www.symantec.com.br
Microsoft	http://www.microsoft.com/brasil
Novell	http://www.novell.com.br
ABES - Ass. Empresas Software	http://www.abes.org.br
Brasoftware	http://www.brasoftware.com.br
Compusul	http://www.compusul.com
Prosoft	http://www.prosofttecnologia.com.br

Governo e entidades

Fenacon	http://www.fenacon.org.br
Sebrae	http://www.sebrae.org.br
Ministério da Previdência	http://www.mpas.gov.br
Ministério da Fazenda	http://www.fazenda.gov.br
Receita Federal	http://www.receita.fazenda.gov.br
CEF	http://www.cef.gov.br
Posto Fiscal Eletrônico/SP	http://www.pfe.sp.gov.br

Livrarias & Editoras

Saraiva	http://www.livrariasaraiva.com.br
Ática	http://www.atica.com.br
Atlas	http://www.edatlas.com.br
Siciliano	http://www.siciliano.uol.com.br
Makron Books	http://www.makron.com.br
Cultura	http://www.livcultura.com.br
BookNet	http://www.booknet.com.br
Ltr	http://safe.tesla.com.br/ltr/home.htm



Maranhão

Sudameris cria plano de previdência para filiados do Sescon/MA

Com a participação de aproximadamente 100 pessoas, o Sescon-MA promoveu reunião, no final de outubro, cujo anfitrião foi o Banco Sudameris. Para acolher os associados do sindicato, o banco reestruturou todo o segundo andar de sua principal agência, em São Luís. Na reunião, o presidente da entidade, José Pires de Castro, esclareceu a mudança no estatuto da entidade, e falou sobre a criação do Centro Interativo de Educação de São Luís – Cied (matérias nas edições 43 e 45) e a elaboração das novas parcerias, como a firmada com o Banco Sudameris.

A parceria oferece aos associados do Sescon/MA um plano de previdência privada criado especialmente para o segmento empresarial contábil. O Sesconprevi tem como gestor o Banco Sudameris. De acordo com o contrato, a cada indicação de um cliente, por exemplo, para a aquisição de qualquer produto do banco, o empresário contábil segurado ganha um acréscimo na apólice de aposentadoria, sem que isso represente um custo maior no pagamento das mensalidades.

Pires de Castro também apresentou, os associados do Sescon-MA que fazem parte da diretoria do Cied e mostrou o projeto arquitetônico, juntamente com o termo de adoção do terreno para a construção da escola. Também detalhou o processo de conquista do Centro Interativo de Educação, enfatizando a luta desenvolvida pela diretoria para tornar o projeto uma realidade.

Pires ainda ressaltou a importância da escola para o Sescon-MA em termos financeiros e o que representa a conquista para o desenvolvimento profissional local, “que passará a contar com um centro específico na capacitação de mão-de-obra qualificada”, acrescentou.



Reunião da diretoria do Sescon/MA com filiados, na qual foram anunciados os projetos e parcerias que estão sendo desenvolvidos pelo sindicato

O presidente Ribamar Pires de Castro comentou a participação do Sescon-MA na 8ª Convenção Nacional das Empresas de Serviços Contábeis, comunicando sobre a escolha da cidade de São Luís para ser a sede da 9ª Conesc que acontecerá em 2001, após disputa com diversos outros estados. “Com apenas dois anos de existência, o Sescon-MA possui uma vasta folha de serviços proporcionada a seus associados, como a promoção de cursos, eventos e ações que preservam e elevam a imagem da categoria”.

Ceuma

Outras parcerias abordadas foram as firmadas pelo sindicato com o Centro de Ensino Unificado do Maranhão – Ceuma, na área da educação e com a Transbrasil, que dará descontos especiais nas passagens aéreas aos associados do Sescon/MA. Para vôos de negócios, a redução será de 30%. Viagens para seminários, o desconto será de 40%. Os benefícios valem para vôos destinados a qualquer lugar do Brasil.

A parceria ainda dá isenção para ex-

cesso de bagagem e preferência nos embarques. Para ter direito as vantagens, os empresários contábeis têm que apresentar a carteirinha de associado. Todas as aeronaves terão a bordo também o jornal do Sescon/MA como mais uma opção de leitura. “Teremos a divulgação na nossa entidade em todo o Brasil”, destaca Pires de Castro. A cada 15 passagens adquiridas na Transbrasil, a diretoria do sindicato ganhará uma passagem gratuita em vôos da companhia. O presidente lembrou ainda que a Transbrasil já demonstrou interesse em patrocinar eventos promovidos pelo sindicato.

Por fim, o presidente lembrou a participação do Sescon-MA no Banco do Empreendedor (*matéria na edição 46*), como membro do conselho fiscal, “o que facilitará aos nossos associados o acesso ao crédito para a compra de equipamentos e outros investimentos”, destacou Pires de Castro. Ao final da reunião, o advogado Antônio César de Araújo realizou explanação sobre o Bug do Milênio e o que está sendo feito para evitá-lo.

Lages terá representação do Sescon/SC

A cidade de Lages é a sede do primeiro escritório regional do Sescon Santa Catarina. A inauguração foi no dia 4 de novembro. O coordenador é o vice-presidente do sindicato, Luiz Antonio Martello. O escritório irá abranger 18 municípios que compõem a região de Amures, no Planalto Serrano Catarinense, que abriga 160 empresas de contabilidade e 555 profissionais em atividade. A intenção do Sescon/SC é ampliar gradativamente as representações regionais da entidade no Estado.

Segundo o coordenador, Luiz Martello, o escritório tem como propos-

ta básica aproximar o Sescon/SC aos empresários da região, possibilitando levar aos associados, futuros associados e filiados, os benefícios diretos da entidade, como a realização de cursos e palestras sobre assuntos tributários, previdenciários e trabalhistas. "Queremos aproximar, solidificar e tornar cada vez mais forte a categoria do empresário contábil", confirmou Luiz.

Em reunião realizada entre as diretorias do Sescon/SC e da Fecontesc foi demonstrado o interesse da federação em manter uma parceria com o sindicato para a instalação dos escritórios regionais. A idéia é unir as estruturas

das duas entidades, nas cidades onde a Fecontesc tem representação e o Sescon, interesse em instalar o escritório regional. Com a união, haverá a divisão de custos, que conseqüentemente poderão ser aplicados em prol da classe contábil, seja patrocinando cursos de atualização e palestras, ou oferecendo assessoria contábil, jurídica, trabalhista etc.

Endereço escritório regional - Sescon/SC - Lages
Av. Presidente Vargas, 1501, Coral
CEP 88509-501 - Lages - SC
Caixa Postal: 775
Tel.: (49) 225-1500
E-mail: goma@iscc.com.br

Sergipe

Sergeco é homenageada pelos 30 anos de fundação

O presidente do Sescon/SE, Jodoval Luiz dos Santos, recebeu homenagem no II Jantar dos Empresários da Contabilidade de Sergipe, promovido pelo sindicato. Coube a vice-presidenta da entidade, Ana Lúcia Sales Cavalcante, entregar diploma de Mérito Profissional, categoria Ouro, pelos 30 anos da empresa Sergeco Assistência Contábil S/C, completados em setembro, de propriedade de Jodoval. Os 30 anos da Sergeco também foi destaque no Jornal da Cidade, de Aracaju, edição de domingo, 12 de setembro. Matéria de uma página traça ainda um histórico de vida e profissional de Jodoval, destacando importantes momentos de sua vida associativa, como a eleição para presidente do CRC/SE, gestão de 82 a 85. O texto lembra que Jodoval foi o sócio fundador do Sescon/SE e é membro da La Asociacion Interamericana de Contabilidad (AIC). Também é acadêmico, sendo membro titular da Cátedra 166 da Academia Brasileira de Ciências Econômicas, Políticas e Sociais, com sede no Rio de Janeiro.



Jodoval Luiz dos Santos, presidente do Sescon/SE e também proprietário da empresa Sergeco recebe homenagem das mãos da vice-presidente, Ana Lúcia Sales Cavalcante

Blumenau

Livro sobre Qualidade

Qualidade na organização e nos serviços contábeis - marketing em serviços - é o título do livro do contador, empresário e professor, Carlos Roberto Victorino, presidente do Sescon/Blumenau, lançado durante a 21ª Contec, em Lages, para o Estado de Santa Catarina, e na 8ª Conesc, em Curitiba, para todo o País. No dia 4 novembro, houve o lançamento na Universidade de Blumenau - Furb. Com uma tiragem de três mil exemplares, o livro tem como público alvo o empresariado contábil, mas pela abrangência dos temas, interessará também a profissionais de várias áreas.

"A idéia do livro nasceu de uma pesquisa e levantamento de informações, necessários à preparação das aulas que ministro na Furb, em Blumenau, e no curso de pós-graduação 'latu sensu' em 'Gerência da qualidade nos serviços contábeis', na disciplina 'Qualidade na organização e nos serviços contábeis', curso elaborado e organizado pelo CRCSC, em parceria com diversas universidades do Estado", declarou Victorino.

O livro relata a experiência de Victorino com clientes de diversos segmentos e portes, após 17 anos de atuação no mercado de prestação de serviços contábeis e de 22 anos de formação em contabilidade. Foi escrito com a finalidade de demonstrar o 'perfil' da empresa de contabilidade e a qualidade dos serviços e das informações que ela pode gerar e os aspectos do marketing em serviços. O enfoque foi dirigido ao ambiente da empresa de contabilidade e das suas características peculiares, visando sempre uma melhor qualidade de vida para os colaboradores e para o empresário contábil. Concebido em sete módulos, contém todo o conhecimento teórico e prático necessário sobre a forma de se estruturar uma empresa de contabilidade em seus diversos setores e áreas de atuação, observando sempre a qualidade dos serviços a serem fornecidos e executados. A obra foi editada pela Odorizzi. Tel.: (47) 326-2977.

Pará

Evento em Belém reúne 450 profissionais e empresários da contabilidade

Com o número total de 450 participantes, foi realizado, de 27 a 30 de outubro, em Belém, de modo conjunto, o II Encontro das Empresas de Serviços Contábeis do Pará, a Convenção dos Contabilistas do Estado do Pará e o III Encontro de Professores de Contabilidade. Pela primeira vez, um governador do Estado comparece a um evento da classe contábil. Almir Gabriel participou da solenidade de abertura, que teve a presença de lideranças, como os presidente da Fenacon, Eliel Soares de Paula e do CFC, José Serafim Abrantes.

O evento teve participação ativa do Sescon/PA, Carlos Corrêa; do CRC/PA, Cláudio Humberto Barbosa no que tange a organização e realização do evento.

O presidente da Fenacon, Eliel Soares de Paula, foi um dos palestrantes do II Encontro das Empresas de Serviços Contábeis do Pará. Ele falou sobre "As empresas de serviços contábeis frente ao novo século". A participação efetiva da Fenacon, no processo de Reforma Tributária também fez com que o presidente fosse convidado para ser entrevistado sobre o tema, no programa Bom Dia Pará, na TV Liberal, afiliada da Rede Globo no Estado.



Na foto superior, algumas das autoridades presentes na solenidade de abertura, entre elas, o governador do Pará, Almir Gabriel. Abaixo, o auditório lotado, em Belém, e à esquerda, o presidente do Sescon/PA, Carlos Correa (esq.), homenageia o presidente da Fenacon, Eliel Soares de Paula



Anúncio Nassif

Salvador sediará III Enesc de 23 a 25 de agosto

Salvador será a sede do próximo III Encontro de Empresas de Serviços Contábeis – Região Nordeste - Enesc 2000. O evento será de 23 a 25 de agosto. Na última reunião do conselho de representantes da Fenacon, que reúne os presidentes da Fenacon e dos Sescons filiados, os representantes dos sindicatos da região Nordeste e mais Espírito Santo, que também irá participar da realização do evento, fizeram a primeira reunião sobre a organização do Encontro.

Expectativa: 1200 pessoas

A expectativa é que o Centro de Convenções da Bahia receba 1.200 pessoas, pois a região abriga um total de mais de 8.000 profissionais do segmento. O tema central será “A empresa contábil descobrindo o seu futuro”. Serão abordados temas como: “Planejamento Tributário – um desafio ao empresário contábil”, “Formação de mão-de-obra para a empresa contábil” e “Motivação – uma arma para a eficiência”.

O evento irá contar com a coordenação geral da Fenacon, a supervisão da vice-presidência da entidade para o Nordeste e o apoio dos Sescons de todo o País, do CRC/BA, Câmara de Dirigentes de Empresas de Contabilidade do Estado da Bahia – CDEC, sindicatos e associações de contabilistas e contadores do Estado da Bahia, universidades e faculdades de Ciências Contábeis e Bahiatura, entidade fomentadora do turismo no Estado.

Inscrições

As inscrições já podem ser realizadas. O pagamento segue várias modalidades: antecipado, até 10/12/99, no valor de R\$ 100; através de carnê bancário, em oito parcelas mensais de R\$ 15, vencendo-se a primeira em 10/

12/99 e a última em 10/12/2000; pagamento através de carnê bancário, em até oito vezes, sem valor especificado, devendo o valor total de R\$ 120 estar quitado até 10/07/99; e pagamento através de cheques pré-datados no valor de R\$ 120, compensáveis até 10/07/1999.

Informações: (071) 312.0262



Rondônia

Canhin é o novo presidente do Sescon/RO



Foi eleita, em 17 de setembro, a nova diretoria do Siecont de Rondônia, constituída em chapa única. Neste mesmo dia, aconteceu a solenidade de posse dos diretores, conselho fiscal e delegado representante do sindicato. O novo presidente é Antônio Sivaldo Canhin, sócio-proprietário do Escritório Alvorada Assessoria Empresarial Ltda.

Nova diretoria

Presidente:	Antônio Sivaldo Canhin
Vice-presidente	Wilmar Pereira Martins
1º Tesoureiro	João Aramayo da Silva
2º Tesoureiro	Elinário José de Paiva
3º Tesoureiro	Canísio Hartmann
1º Secretário	Carlos Alberto G. Nascimento
2º Secretário	Paulo Oliveira Delfino
3º Secretário	Francisco Nery Barbosa

Conselho Fiscal (efetivos) - Anchiles Lima do Nascimento, Paulino Tsutomu Kobayashi, Luiz Iocca Sobrinho.

Delegados representantes: Antônio Sivaldo Canhin, Wilmar Pereira Martins.

Contribuição Sindical Patronal

Ano 2000

MISSÃO INSTITUCIONAL DOS SINDICATOS

Aos sindicatos, conforme previsto na Constituição Federal (artigo 8º), cabe a defesa dos interesses individuais e coletivos da categoria representada, inclusive em questões judiciais e administrativas, sendo obrigatória sua participação nas negociações coletivas de trabalho.

CUSTEIO DAS ATIVIDADES SINDICAIS – CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (ART. 578 CLT)

Assim, para custear suas atividades, entre outras fontes, está prevista a Contribuição Sindical (antigo imposto sindical), disciplinada pelo artigo 578 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho.

DATA-LIMITE PARA O RECOLHIMENTO

No exercício de 2.000, o recolhimento da contribuição sindical patronal, devida aos SESCON'S pelos empregadores sediados em suas respectivas bases territoriais de representação, deverá ser efetuado até o dia 31 de janeiro de 2.000, ou no dia útil imediatamente anterior se feriado regional.

FORMA DE RECOLHIMENTO

Tal recolhimento deverá ser realizado através de Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical – GRCS, junto à Caixa Econômica Federal.

CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO

O cálculo da contribuição sindical dos empregadores deve observar a tabela abaixo, editada pela Confederação Nacional do Comércio em conformidade com o artigo 21 da Lei 8.178, de 1º de março de 1991, artigo 2º da Lei 8.383, de 30 de dezembro de 1991 e Resolução CNC-SICOMÉRCIO nº 011/97:

LINHA	CLASSES DE CAPITAL SOCIAL (EM R\$)	ALÍQUOTA (%)	PARCELA A ADICIONAR
01	De 0,01 a R\$ 3.699,75	Contr. Mínima	R\$ 29,60
02	De 3.699,76 a R\$ 7.399,50	0,8%	R\$ 00,00
03	De 7.399,51 a R\$ 73.995,00	0,2%	R\$ 44,40
04	De 73.995,01 a R\$ 7.399.500,00	0,1%	R\$ 118,39
05	De 7.399.500,01 a R\$ 39.464.000,00	0,02%	R\$ 6.037,99
06	De 39.464.000,01 em diante	Contr. Máxima	R\$ 13.930,79

As empresas cujo capital social seja igual ou inferior a R\$ 3.699,75, estão obrigadas ao recolhimento da Contribuição Sindical mínima de R\$ 29,60, de acordo com o disposto no § 3º do artigo 580 da CLT (alterado pela Lei 7.047, de 1º de dezembro de 1982).

As empresas com capital superior a R\$ 39.464.000,00, recolherão a Contribuição Sindical máxima de R\$ 13.930,79, na forma do mesmo dispositivo acima citado.

CUIDADOS NO PREENCHIMENTO

É indispensável o preenchimento correto da GRCS, especialmente do campo 07 – CÓDIGO DA ENTIDADE SINDICAL, motivo pelo qual divulgamos abaixo os códigos sindicais que devem ser utilizados para cada SESCON.

MORA / PENALIDADES

Durante o primeiro mês de atraso no recolhimento da contribuição sindical patronal incidirá multa correspondente a 10% (dez por cento) de seu valor e, a partir do segundo mês de atraso, será acrescida sucessivamente de 2% (dois por cento) ao mês ou fração. Em caso de mora, são ainda devidos juros, à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, e correção monetária calculada de acordo com os coeficientes aplicáveis a débitos para com a Fazenda Nacional (artigo 600 da CLT).

Além dos acréscimos decorrentes da mora, sujeita-se o inadimplente à imputação de multa pela Delegacia Regional do Trabalho, da ordem de 7,5657 até 7.565,6932 UFIR, segundo dispõe o artigo 598 da CLT e Portaria nº 148, de 25 de janeiro de 1996, do Ministro de Estado do Trabalho.

CÓDIGOS DA ENTIDADE SINDICAL – SESCON'S

Cada Sescon tem seu código sindical. As guias entregues pelo seu Sescon já vêm previamente preenchida com o respectivo código. Caso sua empresa contábil não tenha recebido as guias, você poderá fazê-lo respeitando os seguintes códigos de área:

CATEGORIAS REPRESENTADAS PELOS SESCON'S

A relação apresentada no verso desta página resume basicamente a representatividade dos SESCON'S.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Demais informações e esclarecimentos podem ser obtidos diretamente no SESCON com base territorial abrangente da localidade em que sediado o contribuinte, cuja orientação prevalece no cumprimento da contribuição sindical mencionada.

Códigos Sindicais

AL	002-365-89638-8	PB	002-365-00000-7
BA	002-365-00000-7	PR	002-365-88248-4
BLUMENAU	002-365-89502-9	PE	002-365-05023-3
CAXIAS DO SUL	002-365-87490-2	P. Grossa	002-365-00000-7
CE	002-365-88157-7	PI	002-365-00000-7
DF	002-365-04303-2	RJ	002-365-02382-0
ES	002-365-04904-9	RN	002-365-00000-7
GO	002-365-05474-3	RO	002-365-00000-7
Gde Florianópolis	002-365-88511-2	RR	002-365-04959-6
Londrina	002-365-00000-7	SC	002-365-02808-4
MA	002-365-00000-7	SP	002-365-86257-2
MT	002-365-90023-7	SE	002-365-04999-5
MG	002-365-04937-5	Sul Fluminense	002-365-05022-9
PA	002-365-00000-7	TO	002-365-00000-7

OBS: Os Estados do AC, AM, AP e MS estão em organização e devem utilizar o código da Fenacon - 002-365-00000-7

Categorias econômicas representadas pelos Sescon's

Os Sescons representam os segmentos econômicos abaixo discriminados, integrantes do Ordenamento Sindical do Grupo Terceiro, da Confederação Nacional do Comércio na forma de CLT e do Parágrafo IV do artigo Oitavo da Constituição Federal (exceto se houver sindicato de representação específica). Assim, as empresas que devem recolher Contribuição Sindical e Confederativa aos Sescons são:

I - Empresas e escritórios de serviços contábeis e fiscais

(Organizados ou não sob forma de pessoa jurídica).

01. Empresa de Contabilidade
02. Escritórios Fisco-Contábeis-Autônomos
03. Empresas de Auditoria
04. Escritórios de Auditoria - Autônomos
05. Empresas de Assessoria e Consultoria Contábil

II - Empresas e escritórios de assessoria e assistência

06. Escritórios de assessoria e consultoria contábil - autônomos
07. De assessoria de importação e exportação aduaneira
08. De assessoria de marketing e merchandising
09. De assessoria e assistência gerencial, econômica, financeira e fiscal
10. De assessoria e planejamento fiscal contábil
11. De assessoria na área de crédito
12. De assessoria e assistência técnica rural
13. De assessoria da previdência privada
14. De assistência automobilística
15. De assistência e orientação a cooperativas habitacionais e agropecuárias
16. De assistência e projetos de cozinhas
17. De assistência e projetos agropecuários
18. De assistência e projetos de urbanização
19. De assistência e projetos de viabilidade técnica econômica
20. De assistência e projetos de topografia, aerolevamento e aerofotografia
21. De assistência e projetos de reflorestamento
22. De assistência e projetos de prospecção geofísica
23. De assistência e projetos na área de Telecomunicações
24. De assistência e projetos urbanísticos e estudos ambientais
25. De assistência técnica de aparelhos e equipamentos
26. De assistência empresarial e gerencial

III - Empresas e escritórios de perícias e avaliações

27. De avaliações de empresas
28. De avaliações patrimoniais
29. De engenharia de avaliações
30. De avaliações e regularização de avarias marítimas
31. De perícias judiciais, trabalhistas e contábeis
32. De controle patrimonial

IV - Empresas e escritórios de consultoria

33. De consultoria empresarial
34. De consultoria na área de informática
35. De consultoria técnica e imobiliária
36. De consultoria financeira, econômica e fiscal

V - Sociedade de advogados

VI - Empresas e escritórios de administração

37. De administração de crédito
38. De administração de convênios
39. De administração de vale transporte

40. De administração de vale-refeições (através de tiquete)
41. De administração empresarial
42. De administração de cartão de crédito

VII - empresas e escritórios de organização e coordenação

43. De organização de eventos
44. De exposições e feiras
45. De organização e promoção de venda de cartões de instituições e clubes
46. De organização e promoção de vendas de contatos de assistência técnica
47. De promoção de vendas de mala direta
48. De organização e promoção de congressos e eventos

VIII - empresas e escritórios de serviços

49. De serviços de vigilância e segurança
50. De transporte, guarda e segurança de valores
51. De serviços de cópias e fotocópias
52. De serviços de documentação e microfilmagem
53. De serviços de urbanismo, ajardinamento e ornamentos
54. De serviços de consertos em geral
55. De serviços de cobrança extrajudicial
56. De recursos humanos, seleção, recrutamento, treinamento e desenvolvimento

IX - Associações, clubes, entidades cooperativas

57. Clubes de proteção ao crédito
58. Clube de diretores lojistas
59. Associações comerciais, industriais e de serviços
60. Câmaras de Indústria, comércio e serviços
61. Associação de criadores rurais e ruralistas
62. Sociedades civis e militares
63. Clubes de serviços
64. Centrais e abastecimento
65. Centrais de produtores rurais
66. Companhias de desenvolvimento
67. Bolsa de valores e mercadorias
68. Cooperativas de serviços e trabalho profissional (exceto serviços médicos e odontológicos)

X - Agências de informações e pesquisa

69. Agências de informações e pesquisa
70. Agências de colocação de fretes (centrais de frete)
71. Agências de coloc. de mão-de-obra (inc. temporários.)
72. Agências de marcas e patentes
73. Agências de recursos humanos

XI - holding societária e fundos mútuos

74. De participações societárias
75. De administração patrimonial (exc.bens imóveis)
76. De administração de ações e quotas
77. De administração de bens e negócios
78. De administração de fundos mútuos e de previdência privada

Sindicatos das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas filiados à FENACON

Home Page: <http://www.fenacon.org.br>
E-mail : fenacon@bbcont.com.br



SESCON/ Alagoas

Pres.: *Anastácio Costa Mota*
R. Dr. Albino Magalhães, 185 - Bairro Farol - 57050-080 - Maceió/AL
Tel. (082) 326.4130/ 4968 - Fax (082) 221.4968



SESCON/ Bahia

Pres.: *José Rosivaldo Evangelista Rios*
Praça Onze de Dezembro, 5 - cj 302 - Calçada - 40410.360 - Salvador/BA
Tel. (071) 312.0262 - Fax (071) 313.9467
sesconba@cpunet.com.br



SESCON/ Blumenau

Pres.: *Carlos Roberto Victorino*
R. 15 de novembro, 550 -10º and. - 89010-000 - Blumenau/SC
Telefax. (047) 322.1102
sesconblumenau@flynet.com.br



SESCON/ Caxias do Sul

Pres.: *Flávio Jair Zanchin*
R. Ítalo Victor Bersani, 1134 - Jd. América- 95050-520 - Caxias do Sul/RS
Tel. (054) 228.2425 - Fax: (054) 222.7825
sesconcx@visao.com.br



SESCON/ Ceará

Pres.: *Cleodon de Brito Saraiva*
Av. Sn. Virgílio Távora, 1701 - 3º andar - sl. 306 - Bairro Aldeota - 60170-251 - Fortaleza/CE
Tel. (085) 244.3557 - Fax (085) 244.9539
sesconce@ivia.com.br



SESCON/ Distrito Federal

Pres.: *Antônio Gutenberg Moraes de Anchieta*
CRS 504 Bloco C - Subsolo, 64
Asa Sul
70331-535 - Brasília/DF
Telefax (061) 226.2456 - 226.1248 - 226.1269
sescondf@tba.com.br
<http://www.bbcont.com.br/sescondf>



SESCON/ Espírito Santo

Pres.: *Haroldo Santos Filho*
R. Alceu Aleixo, 117 - Térreo - Jucutuquara - 29042-010 - Vitória/ES
Tel. (027) 223.4936. Fax:(027) 223.3547
sescones@zaz.com.br
<http://www.sescon-es.org.br>



SESCON/ Goiás

Pres.: *Antonino Ferreira Neves*
Av. Goiás, 400 - Ed. Bradesco - 10º and. sl. 104 - Centro - 74010-010 - Goiânia/GO
Telefax (062) 212.4477
sescongo@international.com.br
<http://www.bbcont.com.br/sescongo>



SESCON/ Grande Florianópolis

Pres.: *Antonio José Papior*
R. Araújo Figueiredo, 119 - Centro Executivo Veloso - sl. 402 - 88010-520 - Florianópolis/SC
Tel. (048) 222.1409 - Fax: (048) 222.0226/ 0888
sescon@brasilnet.net



SESCON/ Londrina

Pres.: *Osmar Tavares de Jesus*
R. Senador Souza Naves, 289 - sobreloja Ed. Euclides Machado - 86010-914 - Londrina/PR
Telefax. (043) 329.3473



SESCON/ Maranhão

Pres.: *José Ribamar Pires de Castro Filho*
Av. Gerônimo de Albuquerque, S/N, sala 201 - Retorno do Calhau - 65051-200 - São Luís/MA
Telefax: (098) 246-9153
sescon-ma@elo.com.br
<http://www.elo.com.br/sescon>



SESCON/ Mato Grosso

Pres.: *Elynor Rey Parrado*
R. São Benedito, 851 - Bairro Lixeira - 78010-800 - Cuiabá/MT
Tel. (065) 623-1603 / Fax. 321-4831
sescon-mt@inter-fox.com.br



SESCON/ Minas Gerais

Pres.: *João Batista de Almeida*
Av. Afonso Pena, 748 - 24º andar
30.130-003 - Belo Horizonte/MG
Telefax (031) 273.7353
sescon-mg@netland.com.br



SESCON/Pará

Pres.: *Carlos Alberto do Rego Correa*
Travessa 9 de Janeiro, 2050 - Cremação - 66063-260 - Belém/PA
Tel. (091) 259.2894 - Fax (091) 249.9768
sesconpa@nautilus.com.br



SESCON/ Paraíba

Pres.: *Aderaldo Gonçalves do Nascimento Jr.*
Av. Tabajaras, 1085 - 58013-270 - João Pessoa/PB
Telefax (083) 241.6930
sesconpb@zaz.com.br



SESCAP/ Paraná

Pres.: *Valdir Pietrobon*
R. Marechal Deodoro, 500 -11º andar - Ed. Império 80010-911 - Curitiba/PR
Telefax. (041) 222.8183
sescap@milenio.com.br
<http://www.milenio.com.br/sescap>



SESCON/ Pernambuco

Pres.: *Geraldo de Paula Batista Filho*
R. General Joaquim Inácio, 465 - sl.101 - 50070.270 - Recife/PE
Tel. (081) 423.6121/6954 - Fax. (081) 423.8505
sesconpe@truenet.com.br
<http://www.brasilnet2000.com.br/sesconpe>



SESCON/ Piauí

Pres.: *Tertulino Ribeiro Passos*
R. Honório de Paiva, 607 - Piçarra 64001-510 - Teresina/PI
Telefax: (086) 222.6337



SESCON/ Ponta Grossa

Pres.: *Luiz Valdir Slompo de Lara*
R. Comendador Miró, 860 - 1º andar - 84010-160

Ponta Grossa/PR
Tel. (042) 222.1096 - Fax: (042) 222.5040
sesconpg@convoy.com.br



SESCON/ Rio de Janeiro

Pres.: *José Augusto de Carvalho*
Av. Presidente Vargas, 542 - Centro - sl.1906 - 20071-000 - Rio de Janeiro/RJ
Tel (021) 233.8868 - Telefax - (021) 233.8899
sesconrj@domain.com.br



SESCON/ Rio Grande do Norte

Pres.: *Ruy Cadete (vice-presidente)*
R. Saneamento, 178 - Petrópolis 59012-410 - Natal/RN
Tel. (084) 211.6408 - Fax: 211.7283



SIECONT/ Rondônia

Pres.: *Antonio Sivaldo Canhin*
R. Joaquim Nabuco, 2.699 - Altos - sl.4 - Bairro São Cristóvão - 78902-450 - Porto Velho/RO
Tel. (069) 224.4842 - Fax: (069) 224.6625



SESCON/ Roraima

Pres.: *Maria de Fátima Bezerra da Silva*
Av. Getúlio Vargas, 687-W - Centro/Anexo - 69310-030 - Boa Vista/RR
Telefax. (095) 224.5259
fatimabezerra@mandic.com.br



SESCON/ Santa Catarina

Pres.: *Roberto Wuthstrack*
Av. Juscelino Kubitschek, 410 - 3º andar - bl.B - sl.306 89201-906 - Joinville/SC
Telefax (047) 433.9849/1131
sesconsc@sesconsc.org.br
<http://www.sesconsc.org.br>



SESCON/ São Paulo

Pres.: *Aparecida Terezinha Falcão*
R. Formosa, 367 - 23º andar 01049-000 - São Paulo/SP
Tel. (011) 220.5077- Fax (011) 223.3785
sesconsp@sescon.org.br
<http://www.sescon.org.br>



SESCON/ Sergipe

Pres.: *Jodoval Luiz dos Santos*
R. Siriri, 496 - sl. 4 - 1º andar - Centro - 49010-450 - Aracaju/SE
Tel (079) 224.8722 - Fax (079) 211.2785
sesconse@netdados.com.br
<http://www.netdados.com.br/~sesconse>



SESCON/ Sul Fluminense

Pres. *William de Paiva Motta*
R. Orozimbo Ribeiro, 14 - sl. 201 - Centro - 27330-420 - Barra Mansa/RJ
Telefax (024) 322.1755



SESCON/ Tocantins

Pres.: *Marcos Armino Koche*
ACSVNE-12 Lote 9 - Sala 102 - 67.100-030 - Palmas/TO
Telefax (063) 215.1005
contato@netsgo.com.br

Empresário, mantenha contato com o seu sindicato ou com a Fenacon através da Internet. É mais rápido, mais cômodo e mais barato. Mande suas sugestões, reivindicações e, o mais importante, informações para que os líderes sindicais possam trabalhar melhor para suas empresas.

Anúncio
EXACTUS

(NOVO)